A CONSTRUÇÃO DA GOVERNANÇA DO BRASIL PARA A SUA INSERÇÃO NO ÁRTICO: A CIÊNCIA COMO PORTA DE ENTRADA

Fernanda Moreira Lins[1]
Laís de Oliveira Cavalcante[2]

SINOPSE

O Ártico abrange territórios de oito países e engloba uma diversidade de atores. Mecanismos formais e informais moldam a complexa governança da região, cuja importância decorre de fatores ambientais, econômicos e geopolíticos. O Ártico é importante tanto em nível global como para o Brasil, daí a relevância em se promover o envolvimento do país em sua governança. Por meio de entrevistas com atores-chave, consultas a documentos e revisão da literatura, este artigo busca compreender como o país tem se organizado para atuar no Ártico e como tem se desenvolvido a governança dessa atuação enquanto parte do processo de delineamento de uma política externa brasileira para a região.

Palavras-chave: Ártico; política externa; diplomacia polar; geopolítica brasileira.

ABSTRACT

The Arctic, a region encompassing the territories of eight countries and a diverse array of actors, is governed by a complex interplay of formal and informal mechanisms. Its significance is rooted in environmental, economic, and geopolitical factors, making it a vital area for global and Brazilian interests, hence the relevance of promoting the country's involvement in its governance. Through interviews with key actors, document analysis, and a literature review, this article aims to comprehend Brazil's involvement in the Arctic, with a particular interest in how the governance of this action has evolved, as part of the process of outlining a Brazilian foreign policy for the region.

Keywords: Arctic; foreign policy; polar diplomacy; Brazilian geopolitics.

JEL: F5; F55.

Artigo recebido em 20/8/2024 e aprovado em 17/10/2024.

DOI: https://dx.doi.org/10.38116/bepi39art4

1 INTRODUÇÃO

Embora existam diferentes definições geográficas para o Ártico, a designação mais aceita é "a isoterma do mês mais quente (julho) que não ultrapasse os 10 °C. Além disso, existem a linha de árvores (que marca o limite do bioma tundra ao norte e a Floresta Boreal) e o limite de extensão do gelo marinho" (Câmara *et al.*, 2022, p. 10) (figura 1). Nessa região, há territórios de oito países, nos quais atuam diversos atores, como os povos tradicionais que habitam a região e representantes de países não árticos e árticos, além dos mecanismos formais e informais que estruturam a complexa governança dessa região.

1. Pesquisadora do Grupo Economia do Mar (GEM); e mestranda em relações internacionais pela Universidade de Brasília (UnB). *E-mail*: fernandalinsri@gmail.com.

2. Bacharel em relações internacionais pela UnB. *E-mail*: laisliveira17@gmail.com.

FIGURA 1
Mapa das áreas administrativas do Ártico

Fonte: Arctic Centre/University of Lapland. Disponível em: https://www.arcticcentre.org/EN/arcticregion/Maps/Administrative-areas. Acesso em: 1º jun. 2023.
Obs.: Figura cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

Atualmente, uma série de fatores torna o Ártico uma região de interesse global, podendo-se citar o: i) ambiental, uma vez que o rápido derretimento de suas geleiras gera impactos no clima de todo o planeta; ii) econômico, por conta de seus recursos naturais e, também, da abertura de rotas de comércio em decorrência do derretimento das geleiras; e iii) geopolítico, visto que os diferentes atores, além de atuarem pautados por objetivos comuns, também se envolvem em disputas de poder.

Levando-se em conta tais fatores, pode-se afirmar que o Ártico é uma região de interesse público, tanto no sentido de comunidade internacional como no sentido de relevância à sociedade brasileira e, por isso, importa que o Brasil participe das atividades de governança da região. Nesse sentido, é preciso compreender como o país tem se organizado para se inserir no Ártico e nos espaços atinentes a debates e tomadas de decisão para a região. Visando a esse objetivo, este artigo busca responder à

seguinte pergunta: *Como tem sido construída a governança brasileira para a inserção do país no Ártico, compreendida como parte do processo de delineamento de uma política externa para a região?*

Este texto apresenta, de forma sistematizada, o processo de construção da governança do Brasil para a inserção do país no Ártico por meio da aplicação do modelo pentágono de políticas públicas, desenvolvido por Lascoumes e Le Galès (2012), evidenciando o relevante papel de atores não estatais, com destaque para pesquisadores, assim como de atores estatais.

O artigo está estruturado em seis seções, incluindo esta introdução. Na seção 2, é apresentada a metodologia utilizada no estudo. A seção 3 traz considerações sobre a diplomacia científica e da inovação. Na seção 4, primeiramente é realizada uma breve apreciação da política externa como política pública, assim como é apresentado o modelo de análise. Depois, faz-se uma digressão histórica da construção da governança do Brasil para a inserção do país no Ártico até a atualidade. Na seção 5, aborda-se como está estruturada a governança do Ártico e apresentam-se algumas considerações sobre como o Brasil pode atuar na região. Enfim, na seção 6 são apresentadas as considerações finais.

2 METODOLOGIA

Este artigo adota o método de estudo de caso qualitativo, com o uso de fontes de dados de diferentes categorias, a fim de permitir a triangulação para a verificação de informações, uma vez que ainda não há uma sistematização dos dados sobre a agenda do Ártico especificamente na política externa brasileira.[3]

Os dados e informações utilizados são provenientes especialmente das seguintes fontes: documentos oficiais, sítios eletrônicos governamentais e de instituições internacionais, acordos internacionais e literatura nacional e internacional. Também foram realizadas entrevistas semiestruturadas e aplicados questionários,[4] com professores e pesquisadores, diplomatas, militar da Marinha do Brasil e representante da sociedade civil brasileira.

Quanto à digressão histórica, a seleção dos atores e dos eventos é realizada em atenção aos elementos do modelo de análise pentágono de políticas públicas (Lascoumes e Le Galès, 2012). Os textos e documentos selecionados são analisados de modo a minimizar a seletividade e os vieses das informações, como "presentismo" e inclinação a perspectivas históricas específicas (Thies, 2002).

3 DIPLOMACIA CIENTÍFICA E DA INOVAÇÃO

Sendo o Ártico uma porção do oceano, importa uma reflexão sobre como o conhecimento científico do e para o oceano tem ganhado notoriedade na arena internacional, para posteriormente debater os conceitos de diplomacia científica e da inovação.

A agenda do oceano foi ganhando espaço nos fóruns de discussão internacional gradualmente. Em 2012, com a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20),

3. Ainda que existam relevantes estudos que abordam a interseção entre o Ártico e o Brasil, a exemplo de análises sobre os meios pelos quais o país pode, potencialmente, inserir-se na região, considerando os ganhos e os custos dessa inserção e/ou com enfoque maior na geopolítica do Ártico (Santos *et al*., 2018; Câmara *et al*., 2022), não se identificou, em pesquisas prévias efetuadas nas bases de dados Scopus e Web of Science em abril de 2023, qualquer estudo que tratasse o tema especificamente sob a perspectiva da política externa brasileira.

4. O conjunto de entrevistados foi obtido por meio da amostragem *snowball*, na qual um entrevistado fornece o contato de um próximo potencial entrevistado e assim sucessivamente.

os Estados e as instituições envolvidas nos temas atinentes ao espaço marinho passaram a conferir maior atenção à poluição e à degradação desse ambiente. Após a conferência, a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu o Processo Regular de Avaliação da Qualidade do Oceano, incluindo os aspectos socioeconômicos. A partir dele, em 2015, foi lançada a Primeira Avaliação Global do Oceano, a qual mapeou a qualidade do oceano e a sua relação com as atividades humanas.

Na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, lançada em 2015, foi trazido um foco para a temática, por meio especificamente do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 14, sobre vida na água. Já em 2017, foi realizada a Conferência dos Oceanos, com a proposta de lançar soluções inovadoras sobre a gestão sustentável do oceano; no mesmo ano, foi proclamada, pela Assembleia Geral da ONU, a Década da Ciência Oceânica para o Desenvolvimento Sustentável, a ser implementada de 2021 a 2030, proposta pela Comissão Oceanográfica Intergovernamental (COI) da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization – UNESCO).

Sob o *slogan* A Ciência que Precisamos para o Oceano que Queremos, ao final da década são esperados sete resultados: i) um oceano limpo; ii) um oceano saudável e resiliente; iii) um oceano previsível; iv) um oceano seguro; v) um oceano sustentável e produtivo; vi) um oceano transparente e acessível; e vii) um oceano inspirador e envolvente.

Tendo em perspectiva a atenção mundial trazida ao potencial transformador da ciência como instrumento para que se conheça cada vez mais as dinâmicas intrínsecas ao oceano, assim como um meio para a proposição de soluções científicas aos desafios associados ao ambiente oceânico, a ciência exerce um papel fundamental para a relação da sociedade internacional (inclusive o Brasil) com o Ártico. Assim, a fim de compreender os motivos de a ciência (e potencialmente a inovação) ser um meio importante e viável de inserção do Brasil no Ártico, importa refletir sobre o conceito e a prática da diplomacia científica e da inovação no contexto brasileiro.

O termo *diplomacia científica* foi cunhado, em 2009, por Nina V. Fedoroff, a então assessora para assuntos de ciência e tecnologia da Secretaria de Estado dos Estados Unidos. Em 2010, a Royal Society of London e a American Association for the Advancement of Science (AAAS) lançaram o documento *New Frontiers in Science Diplomacy: navigating the changing balance of power*, constituindo um importante referencial para posteriores publicações e declarações oficiais sobre a temática (Kaltofen e Acuto, 2018). Nele ficou definido que a diplomacia científica é um conceito que se aplica ao papel da ciência, da tecnologia e da inovação nas três dimensões da política:

> 1) informar os objetivos de política externa a partir de recomendação científica (ciência na diplomacia); 2) facilitar a cooperação científica internacional (diplomacia para a ciência); 3) usar a cooperação científica para aprimorar as relações internacionais entre os países (ciência para a diplomacia) (Royal Society, 2010, p. 5-6, tradução nossa).[5]

Quanto ao termo *diplomacia da inovação*, Anunciato e Santos (2020) evidenciam que o uso do conceito é mais difundido nos meios governamentais e que não há ainda uma definição consensual. Machado (2023) afirma que é difícil identificar quando o termo passou a ser utilizado pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE) brasileiro. Ainda assim, ele analisa o significado de diplomacia da inovação a partir do uso do termo em convocatórias de propostas do Programa de Diplomacia

5. No decorrer dos anos, os estudos sobre diplomacia científica e sua própria prática incorporaram outras feições (Kaltofen e Acuto, 2018). Contudo, para os propósitos deste artigo, as três dimensões aqui mencionadas são suficientes.

da Inovação (PDI). Machado (2023) identifica seis temas que servem como parâmetros para a diplomacia da inovação: i) foco de atuação; ii) principais atores envolvidos; iii) capacidades dos países envolvidos (recursos financeiros, humanos, de infraestrutura); iv) habilidades do serviço exterior; v) potencial de conflito ou de cooperação; e vi) horizonte temporal. A partir desses temas, o autor diferencia a diplomacia da inovação da diplomacia científica. A primeira possui um foco de atuação político e econômico, enquanto a segunda, político e científico. Os principais atores envolvidos na diplomacia da inovação são o governo, a academia, o setor privado e a sociedade civil, enquanto na diplomacia científica, o governo e a academia. No primeiro caso, os países envolvidos precisam ter capacidades similares, há ênfase na promoção tecnológica, maior potencial de conflito, devido à apropriação privada dos resultados, e uma tendência de ações de mais curto prazo.

A diplomacia da inovação, portanto, pode ser percebida como uma evolução da diplomacia científica e tecnológica, estabelecidas as diferenças substanciais, especialmente no enfoque. Segundo Silva (2018), a primeira precisa ser pensada a partir das vantagens competitivas do país e estoques tecnológicos e industriais, sendo a colaboração apenas uma das estratégias possíveis, e que deve estar delineada sob o propósito principal de aprimoramento da capacidade inovadora do país.[6]

Considerando as reflexões sobre a diplomacia científica e da inovação, a relevância da ciência para as relações entre a comunidade internacional e o Ártico, assim como o potencial científico das pesquisas brasileiras desenvolvidas na região, as quais possuem elementos com capacidade para resultar em inovações (como será analisado na seção seguinte), pode-se concluir que a ciência é um caminho promissor para a inserção do Brasil no Ártico.

4 A CONSTRUÇÃO DA GOVERNANÇA DO BRASIL PARA A INSERÇÃO DO PAÍS NO ÁRTICO

4.1 Política externa como política pública

Inicialmente, seria precipitado afirmar que existe, efetivamente, uma política externa brasileira para o Ártico. Contudo, há uma construção da governança brasileira para a inserção do Brasil na região, via organizações burocráticas com participação significativa de atores não estatais, que, gradativamente, começa a sustentar o delineamento de uma política externa brasileira nessa direção. Essa constatação vai de encontro às perspectivas de insulamento do Itamaraty, o que até pode ocorrer em agendas específicas, mas não se verifica no caso do Ártico.[7]

Importa também mencionar que o início do delineamento dessa política externa pode ser aproximado aos debates sobre política externa como política pública. Da perspectiva da governança global do Ártico, a região traz consigo desafios já observáveis e evidentes, que impactam a comunidade internacional de forma geral. Da perspectiva doméstica, pode-se afirmar que consequências das

6. No contexto brasileiro, há algumas iniciativas nesse sentido, como o programa Ciência sem Fronteiras (CsF) – liderado pelo Ministério da Educação e orientado para o intercâmbio de estudantes em áreas caracteristicamente tecnológicas – e o PDI – configurando-se como a primeira iniciativa sistêmica e orientada para a conformação de uma diplomacia da inovação no âmbito do MRE (Silva, 2018).

7. Cabe ressaltar que, em termos de prerrogativa legal, grande parte dos órgãos do Poder Executivo para além do Itamaraty possui competência de ação internacional, inclusive a de "negociar e definir a posição brasileira nos processos decisórios vinculados às instâncias e organizações internacionais" (França e Badin, 2010, p. 9).

dinâmicas da região, como a mudança do clima, começam a ser percebidas no Brasil, e, certamente, demandarão cada vez mais ação dos atores afetados.[8]

Seguindo a abordagem de Lascoumes e Le Galès (2012) a respeito de como um fato social é incorporado à agenda pública, pode-se afirmar que, aos poucos, atores sociais passaram a enxergar, na questão do Ártico, um fato social e propor soluções para resolvê-lo, o que fez emergir um problema público. A partir das ações do poder público para resolver o fato problematizado, evoluiu-se para um problema político.

A ação pública diz respeito ao conjunto de interações entre os atores, considerando uma gama de elementos envolvidos: "seus mecanismos e processos de coordenação, a formação de grupos, seus jogos de normas e conflitos e os processos de construção e inscrição de determinados problemas nas agendas governamentais, sublinhando a política como uma construção coletiva" (Lascoumes e Le Galès, 2012 *apud* Cruz e Daroit, 2017, p. 236). A ascensão dessa concepção é parte da transição de uma perspectiva tradicional *top-down* (de cima para baixo) – o Estado como produtor de políticas públicas – para outra que enfatiza a construção coletiva da ação pública, focada na compreensão das interações entre os diferentes atores (Oliveira e Hassenteufel, 2021).

Esse modelo estabelece que as políticas públicas são compostas por cinco elementos inter-relacionados: atores, representações, instituições, processos e resultados. Os atores possuem recursos e certo grau de autonomia, estratégias e meios para fazer escolhas.

> As representações são os espaços cognitivos e normativos que dão sentido às suas ações, as condicionam e as refletem. As instituições são normas, regras, rotinas, procedimentos que governam as interações. Os processos são as formas de interação e sua recomposição no tempo. Eles justificam as múltiplas atividades de mobilização dos atores individuais e coletivos. Os resultados (*outputs*) são as consequências, os efeitos da ação pública (Lascoumes e Le Galès, 2012, p. 46).

Além disso, esse modelo se insere majoritariamente na perspectiva *bottom-up* (de baixo para cima) das políticas públicas: "partindo dos modos de intercâmbio e de agregação entre atores individuais e coletivos", é conferida uma "prioridade às *interações entre os atores múltiplos no seio dos quais emerge a política*" (Lascoumes e Le Galès, 2012, p. 48-49, grifo nosso). Esse foco nas interações é fundamental para analisar a construção do arranjo institucional-burocrático brasileiro para a agenda do Ártico. Como Lascoumes e Le Galès (2012, p. 33) evidenciam, a concepção de governança "tenta explicar as situações em que se mesclam atores públicos e privados", em que "o emaranhado de níveis, formas de regulação e de redes de atores forçou uma revisão das concepções estatistas de intervenções públicas em benefício de sistemas de análise muito mais abertos". Na subseção 4.3, os cinco elementos do modelo – quais sejam atores, representações, instituições, processos e resultados – são identificados no caso em análise.

4.2 Digressão histórica

O marco inicial da digressão histórica é a década de 1980, com a ida do professor Jefferson Cardia Simões ao Ártico, por motivos de pesquisa de campo do seu doutorado. Já à época, o professor percebia a sensibilidade do Ártico às mudanças climáticas e, na ocasião do seu doutorado na Inglaterra, financiado por bolsa no âmbito do Programa Antártico Brasileiro (Proantar), realizou duas missões a Svalbard, arquipélago pertencente à Noruega, em 1985 e 1986. Ambicionando maior conhecimento

8. Há indícios de que o derretimento das geleiras do Ártico já vem impactando os níveis de precipitação nas regiões Norte e Nordeste do Brasil (Souza Junior, 2022).

sobre uma perspectiva sistêmica das relações entre as sociedades e os polos, diplomou-se como o primeiro glaciólogo brasileiro.[9]

Apesar de essa viagem ao Ártico ter sido um evento sem articulação com o governo brasileiro, em termos de trazer diretamente a agenda do Ártico como parte da política externa do país, é importante destacar que as idas ao Ártico por pesquisadores brasileiros movidos pelo ímpeto pessoal e interesse pela região, a exemplo também da viagem efetuada pelo professor Paulo Câmara em 2016,[10] contribuíram e continuam a contribuir para a capacitação de recursos humanos que passam a ter conhecimento empírico sobre a região. A partir dessas experiências, aos poucos, as suas pesquisas desenvolvidas no Ártico passam a somar-se aos debates científicos internacionais, o que colabora para a sustentação científica de inserção do Brasil na região, viabilizando a entrada do país em redes científicas internacionais e auxiliando no assessoramento científico aos atores estatais brasileiros que delineiam iniciativas para a região. Por exemplo, o conhecimento adquirido e desenvolvido pelo professor Jefferson Simões sobre a região foi instrumental para a elaboração dos planos brasileiros para a ciência antártica dos decênios 2013-2022 e 2023-2032 (Brasil, 2013; 2023b).

Já no século XXI, especificamente em setembro de 2009, por iniciativa do embaixador do Brasil na Noruega e Islândia, Sérgio Moreira Lima, ocorreu o 1º Seminário sobre Atividades Polares Brasil-Noruega no veleiro Cisne Branco – embarcação da Marinha brasileira –, com a presença de representantes dos governos do Brasil e da Noruega (Ferreira, 2009).[11] O intuito do seminário foi "promover a troca de informações sobre as experiências dos dois países em temas relacionados às regiões polares, com vistas a identificar possíveis áreas de cooperação dentro da agenda bilateral" (Ferreira, 2009, p. 32). Segundo Guimarães (2011, p. 158), "a troca de informações e experiências entre as autoridades presentes evidenciou as oportunidades que se abririam para o Brasil de maior cooperação entre os dois países, dentro de um marco institucional negociado por ambos os governos". Esse evento foi um passo importante em termos de aproximação entre a Marinha e o MRE na agenda do Ártico. Além disso, constituiu-se uma via de abertura de cooperação com um país por meio do qual a inserção brasileira no Ártico é mais facilitada, devido à infraestrutura presente em Svalbard, que facilita o acesso de países não pertencentes ao Ártico. Segundo o ministro Paulo Guimarães, todas as embaixadas brasileiras em países com território no Ártico acompanham a agenda relativa à região.[12]

Anos depois, em 2013, Sérgio Campos Trindade – especialista em energias renováveis, estudioso das mudanças climáticas e ganhador do Nobel da Paz em 2007, pelos trabalhos desenvolvidos no Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (Intergovernmental Panel on Climate Change – IPCC) – foi convidado a participar da primeira Assembleia do Círculo Polar Ártico (Arctic Circle Assembly), em outubro do mesmo ano. Desde o início dessa atuação, Sérgio propugnava que o Brasil se tornasse membro observador no Conselho do Ártico (Ituassu e Oliveira, 2020).

O Círculo Polar Ártico (Arctic Circle) – uma rede de diálogo e cooperação internacional sobre o futuro do Ártico e da Terra – foi fundado em 2013 pelo ex-presidente da Islândia, Ólafur Ragnar.

9. Entrevista concedida pelo professor Jefferson Cardia Simões às autoras em 4 de maio de 2023.

10. Entrevista concedida pelo professor Paulo Eduardo Aguiar Saraiva Câmara às autoras em 26 de abril de 2023.

11. Pelo lado brasileiro, compareceram o então secretário da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), o contra-almirante Francisco Carlos Ortiz de Holanda Chaves, o subsecretário para o Proantar, capitão de mar e guerra José Robson de Oliveira Medeiros, e o navegador Amyr Klink. Pelo lado norueguês, estiveram presentes o então assessor especial para Recursos das Áreas Nórdicas do Ministério dos Negócios Exteriores e representantes de organizações de pesquisa noruegueses (Ferreira, 2009).

12. Entrevista concedida pelo diplomata brasileiro Paulo Roberto Ribeiro Guimarães às autoras em 11 de maio de 2023.

Em seu seio, a Assembleia do Círculo Polar Ártico é considerada o maior encontro internacional para discutir a temática do Ártico, organizada anualmente desde 2013 – com exceção de 2020, em decorrência da pandemia de covid-19. O evento conta com a presença de chefes de Estado e de governo, ministros, representantes de parlamentos, lideranças e representantes indígenas, autoridades, especialistas, cientistas, empreendedores, líderes empresariais, ambientalistas, estudantes e ativistas.[13] Desse modo, pela variedade de atores presentes, tanto governamentais como não governamentais, e pela magnitude do evento, é relevante que, desde o início, o Brasil tenha participado do fórum.

Na primeira edição, Sérgio Trindade apresentou a sessão intitulada Climate Change and Sustainable Arctic Development e, na de 2014, a Arctic Sustainable Development Metrics. O então embaixador do Brasil para a Noruega e a Islândia (2012-2016), Flávio Macieira, esteve presente nas Assembleias do Círculo Polar Ártico de 2013, 2014 e 2015 e destaca que "nos eventos, sempre houve participação brasileira, animada e coordenada pelo falecido e saudoso doutor Sérgio Trindade".[14]

Ainda em 2013, foi lançado o documento *Ciência Antártica para o Brasil: plano de ação 2013-2022*, elaborado no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). O documento "propõe a criação de 'cinco programas temáticos de pesquisa científica' que exploram conexões entre o ambiente antártico e sul-americano (...)" (Brasil, 2013, p. 2), além de tecer comentários acerca de estudos sobre conexões com o Ártico, e, nesse caso, indicando a colaboração intensificada do Scientific Committee on Antarctic Research (Scar) junto ao International Arctic Science Committee (Iasc)[15] e recomendando que o Brasil atuasse como observador nesta última organização. Nesse documento, assim como em outras instâncias governamentais brasileiras sobre o Ártico, a inserção do Ártico na agenda pública foi catalisada em associação aos trabalhos desenvolvidos pelo Brasil na Antártica, a exemplo do Proantar.

Em 2015, além da participação de Sérgio Trindade e do embaixador Flávio Macieira no painel Brazil and the Sustainability of the Arctic, estiveram presentes na assembleia o professor Jefferson Simões, o mestrando em geopolítica do Ártico Enoil de Souza Júnior, a professora de fisiologia animal Carolina Arruda Freire e a diretora de uma empresa de energia na Inglaterra e conselheira sênior no Centro de Estudos de Energia da Fundação Getulio Vargas (FGV Energia), Ieda Gomes. Foi a maior participação de painelistas brasileiros até então, abordando diferentes temáticas: a relevância global do Brasil e os polos, os interesses brasileiros no Ártico, a interface entre Ártico, Brasil e o setor de energia, potenciais contribuições dos cientistas brasileiros para a avaliação da biodiversidade do Ártico e uma abordagem diplomática do Brasil e o Ártico.[16]

Na edição de 2016, com a participação de três brasileiros (Sérgio Trindade, Celma Hellebust – vice-cônsul honorária do Brasil na Noruega – e Carolina Freire), o painel intitulado BRICS in the Arctic: Emerging Opportunities for Collaborative Initiatives também contou com painelistas russos e chinês, trazendo a perspectiva de atuação de Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul no Ártico

13. Disponível em: https://www.arcticcircle.org/assemblies. Acesso em: 24 set. 2024.

14. Entrevista concedida pelo embaixador Flávio Helmold Macieira às autoras em 24 de maio de 2023.

15. O Scar é uma organização vinculada ao International Science Council (ISC), uma organização não governamental (ONG). "O Scar inicia, desenvolve e coordena pesquisas científicas internacionais de alta qualidade na região do Ártico (incluindo o Oceano Austral), e sobre o papel da região antártica no planeta" (tradução nossa). Por sua vez, o Iasc é uma organização científica internacional não governamental que "incentiva e facilita a cooperação em pesquisas no Ártico, em todos os países envolvidos em pesquisa no Ártico e nas áreas da região do Ártico" (tradução nossa). Disponível em: https://scar.org/about-us; e https://council.science/member/iasc-international-arctic-science-committee/. Acesso em: 24 set. 2024.

16. Disponível em: https://www.arcticcircle.org/assemblies. Acesso em: 24 set. 2024.

via BRICS.[17] Trazer essa percepção é de suma importância enquanto parte do processo de construção de um pensamento estratégico da inserção do Brasil no Ártico por diferentes vias, especialmente considerando os elementos geopolíticos dinâmicos do atual contexto da Guerra da Ucrânia.

Em 2017, também houve participação brasileira na Assembleia do Círculo Polar Ártico, com Sérgio Trindade, Celma Hellebust e o então estudante de doutorado Raphael Moura.[18] Em 2018, Celma Hellebust esteve presente no evento, embora não como painelista.[19] Em agosto do mesmo ano, foi lançada a chamada conjunta nº 21/2018, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), do MCTI,[20] da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT). Essa chamada, atinente aos programas de pesquisa estabelecidos no *Ciência Antártica para o Brasil: plano de ação 2013-2022*, englobou projetos de pesquisa científica, tecnológica e de inovação submetidos no âmbito do Proantar. No escopo desta chamada, foram submetidos projetos cujas pesquisas de campo também seriam realizadas no Ártico, compondo a expedição científica para a região setentrional realizada em julho de 2023 (Brasil, 2018).

Em março de 2019, na Escola de Guerra Naval, ocorreu o colóquio Ártico: Desafios e Oportunidades para o Brasil, reunindo, no escopo de apresentações e debates, expositores que não compunham o quadro de pessoal do governo (Sérgio Trindade e Celma Hellebust), da Marinha do Brasil (o contra-almirante Sérgio Guida e o capitão de mar e guerra e professor da Escola de Guerra Naval Leonardo Mattos) e do MRE (embaixador Alessandro Warley Candeas) (Brasil, 2019a). Como desdobramento das participações no colóquio, Leonardo Mattos foi convidado por Sérgio e Celma a participar da Assembleia do Círculo Polar Ártico de outubro de 2019, tendo a sua ida autorizada pela Marinha do Brasil.[21] Não foi a primeira vez que a Marinha brasileira participou ativamente da agenda do Ártico envolvendo interesses brasileiros, dada a articulação junto ao MRE por ocasião do seminário de 2009. Contudo, em 2009, tratou-se de um evento restrito aos membros do Estado, sendo que, em 2019, houve uma participação fruto de articulação com atores não estatais, em um fórum aberto com visibilidade de variados atores e países.

Ao retornar do fórum, em reunião da CIRM, o capitão de mar e guerra ressaltou aspectos importantes da inserção do Brasil na região. Na reunião, além dos representantes da Marinha brasileira, estavam presentes representantes da Casa Civil e de onze ministérios, portanto, constituindo-se em mais um importante espaço para discussão intragovernamental no processo de construção de uma governança brasileira para a inserção do Brasil no Ártico (Brasil, 2019b).

4.3 O ponto de virada institucional: da criação do GT Ártico até a atualidade

Em maio de 2021, engendrou-se um ponto de virada a nível institucional no processo gradativo da construção de uma política externa brasileira para o Ártico, a partir da criação do Grupo Técnico sobre

17. Disponível em: https://www.arcticcircle.org/assemblies. Acesso em: 24 set. 2024.

18. Disponível em: https://www.arcticcircle.org/assemblies. Acesso em: 24 set. 2024.

19. Entrevista concedida por Celma Regina Hellebust às autoras em 6 de maio de 2023.

20. À época, Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC).

21. Entrevista concedida pelo capitão de mar e guerra e professor da Escola de Guerra Naval Leonardo Faria de Mattos às autoras em 3 de maio de 2023.

Atividades no Ártico (GT Ártico), no âmbito da Subcomissão para o Programa Antártico Brasileiro (sob a coordenação do MRE, com uma gama de órgãos que compõem o GT[22]),

> com a finalidade de avaliar a conveniência e a oportunidade do governo brasileiro participar mais ativamente das atividades da comunidade internacional no que diz respeito ao Ártico, podendo, ao cabo dos seus trabalhos, realizar propostas sobre como poderia se dar eventual participação brasileira (Brasil, 2021).

A partir desse evento, definiu-se um arcabouço institucional para a governança no nível governamental, ainda que inicial, da inserção brasileira no Ártico. Em novembro do mesmo ano, em reunião da CIRM, foi apresentado pela coordenadora do GT, a ministra Maria Elisa Maia, o entendimento favorável do GT a respeito da participação brasileira em foros internacionais sobre o Ártico, como a Assembleia do Círculo Polar Ártico e o Foro Internacional do Ártico, bem como da associação do Brasil ao Iasc[23] (Brasil, 2021).

Em decorrência de debates no âmbito do GT, foi aprovada, em maio de 2022, a Resolução nº 4/2022 da CIRM, que dispõe sobre a adesão do Brasil ao Tratado de Svalbard, assim como a submissão da proposta da adesão aos órgãos brasileiros competentes (Brasil, 2022a). Por meio da Resolução nº 6/2022, ficou estabelecida a recriação do GT Ártico, incluindo a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) em sua composição (Brasil, 2022b). Em agosto do mesmo ano, no escopo das atividades do GT Ártico, foi aprovada a Resolução nº 7/2022 da CIRM, que indicou "a importância de o governo brasileiro acompanhar atentamente os desenvolvimentos de atividades no âmbito do Conselho do Ártico, bem como aquelas realizadas por seus membros permanentes, com o intuito de contribuir para o fortalecimento da governança multilateral na região ártica" (Brasil, 2022c, p. 2). Ademais, a resolução recomendou que o GT Ártico sugerisse diretrizes e prioridades para ampliar a participação do Brasil no Ártico via cooperação com os projetos e atividades dos grupos de trabalho do Conselho do Ártico e uma priorização pelo GT Ártico de ações para viabilizar e fortalecer a pesquisa científica no Ártico de forma complementar e integrada à realizada na Antártica (Brasil, 2022c).

Em novembro do mesmo ano, foi aprovada a Resolução nº 8/2022 em reunião da CIRM, no âmbito da qual foi discutida a participação do setor privado brasileiro no Ártico, apresentadas as iniciativas para identificar os interesses desses atores, além de ter sido destacada a relevância do respaldo científico para a atuação desse setor no Ártico. A referida resolução indicou a importância de o governo brasileiro acompanhar as atividades do Conselho Econômico do Ártico (CEA)[24] e recomendou a utilidade em divulgar, quando apropriado, as atividades desse conselho, a fim de suscitar eventual interesse de empresas brasileiras que operam no Ártico ou têm interesse em lá operar em participar do CEA (Brasil, 2022d). A partir dessa resolução, portanto, passou a ser considerado no nível governamental mais um ator na governança brasileira para o Ártico – o setor privado –, sendo que a inserção desse setor no Ártico havia sido apresentada por Sérgio Trindade, na Assembleia do Círculo Polar Ártico, a partir das atividades desenvolvidas de mineração de níquel pela mineradora Vale em Terra Nova e Labrador, província canadense (Trindade, 2020).

22. Membros do GT Ártico: Ministério da Defesa (MD), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Ministério de Minas e Energia (MME), MCTI, Ministério do Meio Ambiente (MMA), Diretoria-Geral de Navegação (DGN)/Marinha do Brasil, Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (SECIRM)/Marinha do Brasil e CNPq (Brasil, 2021).

23. Em outubro de 2021, assim como no ano seguinte, Celma Hellebust esteve na Assembleia do Círculo Polar Ártico como ouvinte. Não houve painelista brasileiro em ambas as edições.

24. O CEA é uma organização independente que facilita as atividades entre empresas no Ártico e o desenvolvimento econômico responsável. Disponível em: https://arcticeconomiccouncil.com/. Acesso em: 24 set. 2024.

Em maio de 2023, foi divulgado o documento *Plano Decenal para a Ciência Antártica do Brasil 2023-2032*, em cujo conteúdo há uma explícita disposição sobre a conexão entre o Ártico e a Antártica, promovendo a perspectiva de pesquisas polares (no sentido unificado de ambas as regiões) e apresentando o potencial de pesquisas comparativas entre os polos. Ademais, há uma seção destinada apenas ao Ártico, indicando-o como "uma nova fronteira para a ciência polar brasileira", além de ressaltar elementos geopolíticos e ambientais da região (Brasil, 2023b, p. 83).

No mesmo ano, entre 8 e 21 de julho, foi realizada a Primeira Expedição Científica Oficial do Brasil ao Ártico, com a participação dos pesquisadores Luiz Henrique Rosa e Vivian Nicolau Gonçalves (Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG), Marcelo Ramada (Universidade Católica de Brasília – UCB), Paulo Câmara e Micheline Carvalho-Silva (UnB), Peter Convey (British Antarctic Survey, do Reino Unido), além de representantes governamentais.[25] As pesquisas em campo, realizadas no arquipélago de Svalbard, compõem projetos contemplados na Chamada Conjunta nº 21/2018, citada previamente, sendo que o ano de 2023 é o último em que a chamada esteve em vigor. Cabe destacar que as referidas pesquisas possuem um caráter eminentemente exploratório e dão prosseguimento a projetos em andamento; nelas há o componente comparativo entre Ártico e Antártica – coleta e análise de organismos encontrados em ambas as regiões e fenômenos associados a esses organismos –, além de existir um potencial inovador advindo de pesquisas desenvolvidas no Ártico, podendo resultar em bioprodutos.[26]

A título de ilustração de como os trabalhos para a inserção do Brasil no Ártico têm sido conduzidos de forma coordenada, Rosa[27] explica que, para a expedição ocorrer, o MCTI intermediou os contatos dos pesquisadores junto ao MRE, este contatou a embaixada da Noruega para um diálogo bilateral sobre o envio dos pesquisadores a Svalbard,[28] e a Marinha conduziu os treinamentos necessários para os pesquisadores estarem melhor capacitados fisicamente na região. Possivelmente, essa coordenação foi facilitada pelo processo histórico de aproximação dos cientistas com o governo e entre os órgãos governamentais por meio da criação do GT Ártico.[29]

Ao final da digressão histórica, percebe-se que, no processo de construção de uma governança brasileira para a inserção do Brasil no Ártico, via organizações burocráticas com participação significativa de atores não estatais, delineia-se, gradativamente, uma política externa brasileira para a região. Indubitavelmente, desde o início desse processo, o elemento ciência é central, o que envolve desde ações individuais de pesquisadores que se deslocaram ao Ártico para conduzir suas pesquisas até pessoas que não compõem o quadro de funcionários do governo que ativamente participaram de fórum internacional de grande relevância para debates sobre o Ártico, apresentando respaldos científicos de interesse para o Brasil na região.

Cabe destacar também algumas considerações sobre o elemento "representações" do modelo que subsidia a análise neste artigo, ou seja, "os espaços cognitivos e normativos que dão sentido às suas ações, as condicionam e as refletem" (Lascoumes e Le Galès, 2012, p. 46). A partir da análise

25. Entrevistas concedidas às autoras pelo professor Paulo Eduardo Aguiar Saraiva Câmara, em 26 de abril de 2023, e pelo professor Luiz Henrique Rosa, em 5 de maio de 2023.

26. Entrevistas concedidas às autoras pelo professor Paulo Eduardo Aguiar Saraiva Câmara, em 26 de abril de 2023, e pelo professor Luiz Henrique Rosa, em 5 de maio de 2023.

27. Entrevista concedida pelo professor Luiz Henrique Rosa às autoras em 5 de maio de 2023.

28. Como o Brasil ainda não ratificou o Tratado de Svalbard, houve a necessidade de um diálogo bilateral prévio.

29. O GT Ártico foi recriado pela Resolução nº 3/2023 da CIRM (Brasil, 2023a).

dos documentos assim como das entrevistas realizadas, identifica-se um consenso entre os diferentes atores brasileiros analisados em torno da relevância do Ártico para o Brasil e a consequente importância da inserção do país na governança da região ártica, como foi explicitado na digressão histórica, em ações por via institucional e não institucional (a exemplo de debates e iniciativas no sentido de adesão do Brasil ao Conselho do Ártico como membro observador e a ratificação do Tratado de Svalbard). Ademais, cabe ressaltar que os entrevistados – diplomatas, militar da Marinha do Brasil, professores e representante da sociedade civil – identificam a ausência de qualquer postura crítica contrária à inserção do Brasil no Ártico por parte de países árticos e não árticos.

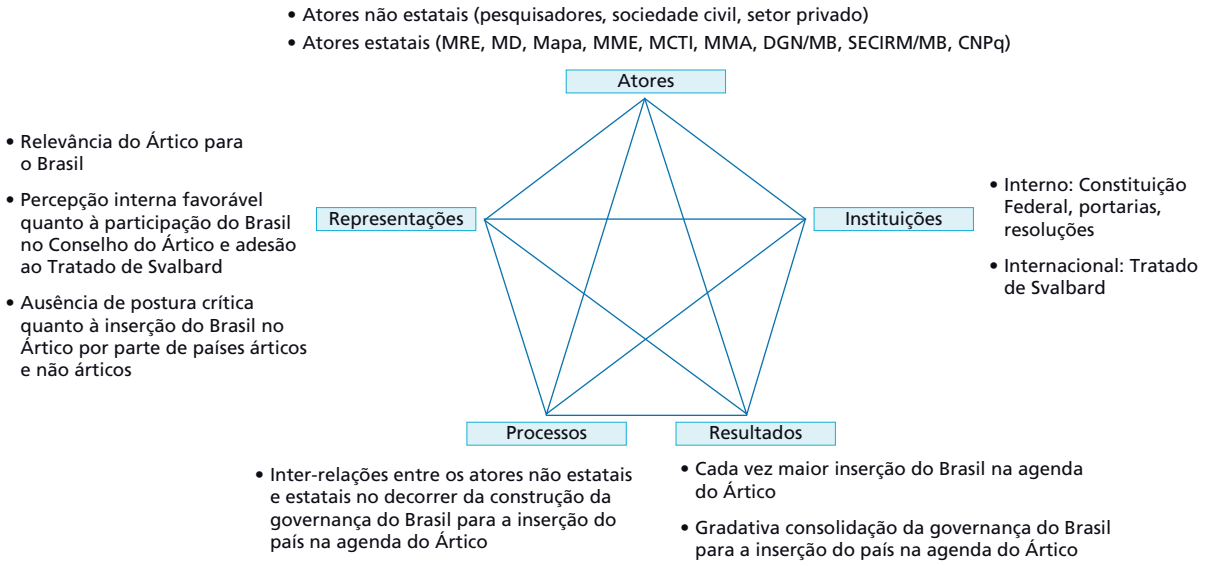
É relevante, portanto, que a ciência se consolide cada vez mais como porta de entrada para a inserção do Brasil na região e que essa inserção se alicerce na diplomacia científica. Assim, a partir das três dimensões de aplicação da ciência, tecnologia e inovação na política (Royal Society, 2010), a ciência exerce o seu papel de informar objetivos de política externa para a região (ciência na diplomacia), a própria diplomacia facilita a cooperação científica entre o Brasil e pesquisadores internacionais (diplomacia para a ciência) e a cooperação científica passa a ser um instrumento para aprimorar as relações entre o Brasil e os países do Ártico (ciência para a diplomacia).

Dados os potenciais inovadores, seja em médio ou longo prazo, das pesquisas brasileiras desenvolvidas no Ártico, assim como a possibilidade de uma participação interessada do setor privado brasileiro, é esperado também o desenvolvimento de uma diplomacia da inovação brasileira para a região.[30]

Para uma melhor visualização do processo de construção da governança brasileira para a inserção do Brasil no Ártico, a partir das iniciativas dos atores governamentais e não governamentais, utilizando-se o modelo de análise pentágono de políticas públicas (Lascoumes e Le Galès, 2012), a figura 2 indica os componentes dos cinco elementos inter-relacionados de políticas públicas do modelo: atores, representações, instituições, processos e resultados.

FIGURA 2

O modelo pentágono de políticas públicas adaptado ao caso em análise



Fonte: Lascoumes e Le Galès (2012).
Elaboração das autoras.

30. Sendo a diplomacia da inovação um instrumento para aprimorar a capacidade inovadora do país (Silva, 2018).

5 A GOVERNANÇA DO ÁRTICO: ATORES E INSTRUMENTOS

Após a digressão histórica do processo de construção da governança do Brasil para a inserção do país no Ártico, nesta seção, é apresentada e analisada, brevemente, a governança do Ártico. Para compreender a governança dessa região, importa conceituar o termo governança global. Rosenau (2000) traz a perspectiva de que a governança global compreende um conjunto de atividades orientadas por objetivos comuns, que podem ou não derivar de responsabilidades legais formalmente prescritas, e que não dependem do poder de polícia para serem aceitas e superar resistências. A governança abrange tanto as instituições governamentais quanto os mecanismos informais, de natureza não governamental, que permitem que indivíduos e organizações em sua área de atuação sigam uma conduta definida, atendam às suas necessidades e respondam às suas demandas. Dessa forma, ela constitui um sistema de ordenação que depende tanto de entendimentos intersubjetivos quanto de constituições e estatutos formalmente estabelecidos.

Nessa mesma direção, Gonçalves (2011) sintetiza as dimensões da governança global, indicando que: i) enquanto instrumento, a governança global é um meio, uma ferramenta que pode levar a resultados quando existe um problema e desafios (a nível global ou não); ii) considerando-se a participação no processo decisório, há Estados, organizações internacionais, ONGs e atores transnacionais; iii) o convencimento e o consenso são buscados nas ações e relações, deixando-se de lado a imposição e a obrigação; e iv) na governança estão compreendidos os arranjos de natureza institucional (regras, instituições sociais com funções definidas, maior cooperação e diminuição de problemas gerados pelo coletivo).

Ao se analisar a governança do Ártico, é possível observar algumas temáticas, como meio ambiente e economia, em que convergem os interesses de atores, e a partir dos quais eles agem. Assim, identifica-se um complexo de governança em que há uma

> série de elementos discretos que se concentram individualmente em questões de interesse de conjuntos específicos de atores e que, em conjunto, refletem uma gama de perspectivas sobre os tipos de arranjos mais apropriados para atender às necessidades que surgem nesta região (Alter e Raustiala, 2018 *apud* Young, 2021, p. 79-80, tradução nossa).

Quanto à temática meio ambiente, é comum, por parte dos países, a preocupação conferida às mudanças climáticas e outros fenômenos ambientais em decorrência do derretimento acelerado das geleiras e outros eventos. O aquecimento no Ártico nos últimos 43 anos não é duas, mais de duas ou três vezes maior que no restante do globo, como antes era pensado, mas quatro vezes maior (Rantanen *et al.*, 2022). Portanto, em decorrência da relevância da temática, as instituições que compõem a governança do Ártico possuem o meio ambiente como área central em sua composição e atuação, como é o caso do Conselho do Ártico, principal alicerce institucional da governança da região.

Em setembro de 1996, a Declaração de Ottawa instituiu o Conselho do Ártico como fórum intergovernamental com o objetivo de aprimorar a cooperação, coordenação e interação entre os Estados árticos e a participação ativa dos povos tradicionais e outros habitantes do Ártico, destacando o compromisso com o desenvolvimento sustentável do Ártico e com a proteção ambiental da região. Os Estados-membros que compõem o conselho são Canadá, Dinamarca,

Finlândia, Islândia, Noruega, Rússia, Suécia e Estados Unidos, com seis participantes permanentes que representam os povos tradicionais.[31]

Até maio de 2023, o Conselho do Ártico estava sob a presidência da Rússia, passando, desde então, para a Noruega, que mantém o cargo até 2025. Cabe ressaltar dois pontos: i) o conselho admite a presença de membros observadores, desde que estes sejam aceitos por todos os oito membros – não podendo haver discordância – e que demonstrem interesse em temas pertinentes ao Ártico (Câmara *et al.*, 2022); e ii) no cenário mundial atual – invasão russa ao território ucraniano em 2022 –, não houve paralisação completa das atividades do conselho, uma vez que acordos de natureza jurídica vinculante, como o Acordo de Busca e Salvamento de 2011, assinado pelos oito membros do conselho, permanecem em vigor.

Cabe ainda mencionar que a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), celebrada em 1982, tem sido instrumentalizada em disputas geopolíticas da região (extensão de plataformas continentais) e mesmo para a celebração de acordos em regiões com conexão com o Ártico, como a Convenção para a Conservação e Gestão dos Recursos de Pollock no Mar Central de Bering, assinada em 1994, estabelecendo regras comuns para a conservação da região do mar de Bering, cujas águas se conectam ao Ártico.

Por fim, outro importante instrumento que compõe a governança da região é o Tratado de Svalbard. O arquipélago de Svalbard ficou sem jurisdição até 1920, quando finalmente o Tratado de Svalbard foi assinado, reconhecendo a soberania da Noruega sobre a região. Em suma: i) os signatários reconhecem Svalbard como domínio norueguês; ii) os cidadãos dos países signatários possuem livre acesso e direito às atividades econômicas (mineração e pesca) e científicas; iii) Svalbard permanecerá desmilitarizado, não possuindo, nem mesmo a Noruega, permissão para atividades militares; e iv) a Noruega é a responsável pela preservação e conservação ambiental.[32]

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo apresentou o processo de construção da governança brasileira para a inserção do Brasil no Ártico, enquanto parte do processo de delineamento de uma política externa brasileira para a região, identificando que desde a década de 1980 há pesquisadores brasileiros que percebem a relevância em se estudar o Ártico e, portanto, por ímpeto pessoal, foram à região e iniciaram suas pesquisas sobre o Ártico. Estas passam a somar-se aos debates científicos internacionais, colaborando para a sustentação científica de inserção do Brasil na região, viabilizam a sua entrada em redes científicas internacionais e auxiliam no assessoramento científico aos atores estatais que delineiam iniciativas para a região.

A participação de representante da sociedade civil e pesquisadores no âmbito da Assembleia do Círculo Polar Ártico foi expressiva, contando com a coordenação de Sérgio Trindade desde o início das edições da assembleia (em 2013) até o seu falecimento em 2020. Por uma movimentação, portanto, de atores não estatais, a participação brasileira nas assembleias foi se consolidando e contando com o envolvimento de atores estatais, até o momento do MRE e da Marinha brasileira. Assim, desde

31. Os referidos seis participantes permanentes são: Aleut International Association, Arctic Athabaskan Council, Gwich'in Council International, Inuit Circumpolar Council, Russian Association of Indigenous Peoples of the North e Saami Council); além de 38 observadores (Estados e organizações) e seis grupos de trabalho. Disponível em: https://arctic-council.org/about/permanent-participants/. Acesso em: 24 set. 2024.

32. O Tratado de Svalbard entrou em vigor em 1925. Até o momento, há 48 partes no tratado, com Argentina, Chile e Venezuela sendo os Estados-partes da América do Sul. Disponível em: https://verdragenbank.overheid.nl/en/Verdrag/Details/004293. Acesso em: 24 set. 2024.

2013, o Brasil tem construído contatos e uma presença no Ártico, ainda que não institucionalizada formalmente, em um fórum anual de grande magnitude, que conta inclusive com a participação de representantes de primeiro escalão dos governos.

Antes da criação do GT Ártico, foi identificado que, esporadicamente, o governo brasileiro empreendeu ações voltadas para a agenda do Ártico, como o seminário no veleiro Cisne Branco, em 2009. A partir do GT, foi observada uma maior interação intergovernamental que tem propulsionado passos importantes em termos de inserção do Brasil em instâncias da governança do Ártico (como as decisões relativas ao Conselho do Ártico e ao Tratado de Svalbard), além da consideração da associação do Brasil ao Iasc. Enfim, verificou-se que a agenda do Ártico tem se inserido nas instâncias governamentais em associação à Antártica, e que já em documento governamental, último plano decenal, começa a emergir a perspectiva "polar" em substituição a uma percepção da Antártica de forma dissociada à do Ártico.

Considerando-se a histórica presença do Brasil na Antártica e sua experiência na região, por meio do Proantar, o país figura há décadas como um ator polar. Ademais, o Brasil está entre as dez maiores economias do mundo (FMI, 2024) e possui cerca de 2,7% da população mundial.[33] Um país com essas dimensões e relevância, como um *global player* que possui participação em diversos fóruns, que consegue dialogar e negociar acordos com as principais potências do mundo, precisa construir uma inserção sólida no Ártico, o que tem ocorrido via ciência (e, potencialmente, inovação). Seguir no caminho da ciência como porta de entrada para o Brasil no Ártico é eficiente considerando a importante atuação e experiência adquirida de atores não estatais na região no decorrer dos anos. Por conseguinte, é um canal que precisa ser consolidado gradativamente, com o que a expedição científica de 2023 contribuiu.

Cabe considerar também que a geopolítica do Ártico é dinâmica, o que tem sido potencializado com a Guerra da Ucrânia. Portanto, cabe uma observação cuidadosa do Brasil no desenrolar dos eventos e uma diversificação dos países parceiros árticos e não árticos na agenda do Ártico, seja por via multilateral (BRICS) ou bilateral. Além disso, é importante que a participação dos atores não estatais permaneça engajada na agenda do Ártico, como apoio na consolidação da construção de legitimidade interna da ação do país na região, o que pode ser potencializado pela abertura à participação desses atores em algumas reuniões do GT Ártico. Enfim, cabe destacar que por não haver pressão internacional direta significativa para a atuação do Brasil na agenda do Ártico, há espaço para uma construção de organização interna, via governança, que permite análises mais apuradas acerca de objetivos e potenciais colaborações do Brasil para a governança do Ártico. Paulatinamente, delineia-se uma política externa brasileira para a região.

REFERÊNCIAS

ANUNCIATO, Renata Oliveira; SANTOS, Barbara Vitória Marques Sá dos. Diplomacia científica e diplomacia da inovação: uma revisão sistemática de literatura sobre a perspectiva brasileira. **Conjuntura Austral**, v. 11, n. 54, p. 35-53, 2020.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. **Ciência antártica para o Brasil**: plano de ação 2013-2022. Brasília: MCTI, 2013.

33. Disponível em: https://www.unfpa.org/data/world-population-dashboard. Acesso em: 22 ago. 2024.

_____. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. **Chamada CNPq/MCTIC/Capes/FNDCT nº 21/2018**: Programa Antártico Brasileiro (Proantar). Brasília: CNPq; MCTIC, 2018.

_____. Marinha do Brasil. **Ártico**: desafios e oportunidades para o Brasil. (Projeto Conceitual). Rio de Janeiro: Cepe/MB, 2019a.

_____. Comissão Interministerial para os Recursos do Mar. Marinha do Brasil. **Ata da 203ª Sessão Ordinária**. Brasília: CIRM/MB, 2019b.

_____. Portaria nº 167, de 18 de maio de 2021. Cria o Grupo Técnico sobre Atividades no Ártico, no âmbito da Subcomissão para o Programa Antártico Brasileiro, e designa sua composição. **Diário Oficial da União**, Brasília, n. 102, jun. 2021. Seção 1.

_____. Comissão Interministerial para os Recursos do Mar. Marinha do Brasil. **Resolução nº 4/2022**. Brasília: SECIRM/MB, 2022a. Disponível em: https://www.marinha.mil.br/secirm/sites/www.marinha.mil.br.secirm/files/documentos/atas/resolucao-4-2022.pdf.

_____. Comissão Interministerial para os Recursos do Mar. Marinha do Brasil. **Resolução nº 6/2022**. Brasília: SECIRM/MB, 2022b. Disponível em: https://www.marinha.mil.br/secirm/sites/www.marinha.mil.br.secirm/files/documentos/atas/resolucao-6-2022.pdf.

_____. Comissão Interministerial para os Recursos do Mar. Marinha do Brasil. **Resolução nº 7/2022**. Brasília: SECIRM/MB, 2022c. Disponível em: https://www.marinha.mil.br/secirm/sites/www.marinha.mil.br.secirm/files/documentos/atas/resolucao-7-2022.pdf.

_____. Comissão Interministerial para os Recursos do Mar. Marinha do Brasil. **Resolução nº 8/2022**. Brasília: SECIRM/MB, 2022d. Disponível em: https://www.marinha.mil.br/secirm/sites/www.marinha.mil.br.secirm/files/documentos/atas/resolucao-8-2022.pdf.

_____. Marinha do Brasil. **Resolução nº 3/2023**. Brasília: SECIRM/MB, 2023a. Disponível em: https://www.marinha.mil.br/secirm/sites/www.marinha.mil.br.secirm/files/documentos/cirm/cirm211/resolucao-n3.pdf.

_____. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. **Plano Decenal para a Ciência Antártica do Brasil 2023-2032**. Brasília: MCTI, 2023b. Disponível em: https://cienciaantartica.mcti.gov.br/wp-content/uploads/2023/05/Plano-Decenal-Web.pdf.

CÂMARA, Paulo Eduardo Aguiar Saraiva *et al*. O Brasil no Ártico: uma visão da geopolítica e da ciência. **Revista Marítima Brasileira**, v. 142, n. 4/6, p. 8-16, 2022.

CRUZ, Fernanda Natasha Bravo; DAROIT, Doriana. **Das vias para o desenvolvimento democrático**: regimentos internos de conselhos de políticas públicas como instrumentos de ação pública transversal e participativa. [s.l.]: Gigapp, 2017. p. 231-254. (Gigapp Estudios Working Papers, n. 67). Disponível em: https://www.gigapp.org/ewp/index.php/GIGAPP-EWP/article/view/72/98.

FERREIRA, Flávio Soares. Cisne Branco: diário da Comissão Euro-América 2009. **Revista Marítima Brasileira**, v. 129, n. 10/12, p. 10-40, 2009.

FMI – FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. **World economic outlook update**: the global economy in a sticky spot. Washington: FMI, July 2024. Disponível em: https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2024/07/16/world-economic-outlook-update-july-2024. Acesso em: 22 ago. 2024.

FRANÇA, Cassio da; BADIN, Michelle Ratton Sanchez. A inserção internacional do poder executivo brasileiro. **Análises e Propostas**, v. 40, 2010.

GONÇALVES, Alcindo. Governança global. *In*: GONÇALVES, Alcindo; COSTA, José Augusto Fontoura. **Governança global e regimes internacionais**. São Paulo: Almedina, 2011.

GUIMARÃES, Paulo Roberto Ribeiro. **Brasil-Noruega**: construção de parcerias em áreas de importância estratégica. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2011.

ITUASSU, Cristiana Trindade; OLIVEIRA, Lucia B. Governança ambiental e o legado de Sérgio Trindade. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 25, n. 81, p. 1-15, 2020.

KALTOFEN, Carolin; ACUTO, Michele. Science diplomacy: introduction to a boundary problem. **Global Policy**, v. 9, p. 8-14, 2018.

LASCOUMES, Pierre; LE GALÈS, Patrick. **Sociologia da ação pública**. Maceió: Edufal, 2012.

MACHADO, Luis Fernando. Diplomacia da inovação: por que não diplomacia científica? Um estudo do conceito adotado pela Chancelaria brasileira. **Monções**, v. 12, n. 23, p. 205-231, 2023.

OLIVEIRA, Osmany Porto; HASSENTEUFEL, Patrick. Introdução à sociologia política da ação pública. *In*: _____. (Org.). **Sociologia política da ação pública**: teorias, abordagens e conceitos. Brasília: Enap, 2021. p. 15-28.

RANTANEN, Mika *et al*. The Arctic has warmed nearly four times faster than the globe since 1979. **Communications Earth and Environment**, v. 3, n. 168, p. 1-10, 2022.

ROSENAU, James N. Governança, ordem e transformação na política mundial. *In*: ROSENAU, James N.; CZEMPIEL, Ernst-Otto. **Governança sem governo**: ordem e transformação na política mundial. Brasília: Editora UnB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000. p. 11-46.

ROYAL SOCIETY. **New frontiers in science diplomacy**: navigating the changing balance of power. London: Royal Society; AAAS, Jan. 2010. Disponível em: https://www.aaas.org/sites/default/files/New_Frontiers.pdf.

SANTOS, Leo Evandro Figueiredo dos *et al*. O Brasil e o Ártico. **Finisterra**, v. 53, n. 107, 2018.

SILVA, Pedro Ivo Ferraz da. Fundamentos teóricos e práticos da diplomacia da inovação. **Cadernos de Política Exterior**, Brasília, v. 4, n. 7, 2018.

SOUZA JUNIOR, Enoil de. **The influence of Arctic sea ice extent on northern South American precipitation**. Dissertação (Mestrado) – Department of Environment and Geography, University of Manitoba, Winnipeg, 2022.

THIES, Cameron G. A pragmatic guide to qualitative historical analysis in the study of international relations. International Studies **Perspectives**, v. 3, n. 4, p. 351-372, 2002.

TRINDADE, Sérgio Campos. Retrospecto da participação brasileira nas Arctic Circle Assemblies 2023-2019. **Linkedin**, 2020. Disponível em: https://www.linkedin.com/posts/sergio-trindade-94759b2a_brasil-precisa-ser-observador-no-conselho-activity-6592196581716488192-ctXc/?utm_source=share&utm_medium=member_desktop. Acesso em: 1º jun. 2023.

YOUNG, Oran. **Grand challenges of planetary governance**: global order in turbulent times. 1st ed. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2021.